

Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002

Rodolfo Hoffmann
Professor do Instituto de Economia
Universidade Estadual de Campinas

Eugénia Troncoso Leone
Professora do Instituto de Economia
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave

desigualdade, trabalho da mulher, índice de Gini, rendimento da mulher.

Classificação JEL D31, J16, J21.

Key words

inequality, women's labor, Gini index, women's earnings.

JEL Classification D31, J16, J21.

Resumo

Este artigo analisa a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho, a contribuição dos seus rendimentos para a renda domiciliar e o impacto desses rendimentos na desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil, no período 1981-2002. Os dados utilizados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Utiliza-se a decomposição do índice de Gini conforme parcelas do rendimento. Essa metodologia permitiu constatar, de um lado, uma diminuição da contribuição da renda do trabalho masculino e, de outro, um crescimento da contribuição da renda do trabalho das mulheres, bem como da renda proveniente de aposentadorias e pensões, para a desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita*. O aumento da contribuição da renda do trabalho feminino para a desigualdade reflete, essencialmente, forte aumento da proporção dessa parcela no rendimento domiciliar.

Abstract

This study analyses the evolution of woman labor force participation in the labor market, the contribution of their earnings to household income and its impact on the inequality of per capita household income distribution, in Brazil, for the period 1981-2002. The data set is provided by the National Household Sample Survey (PNAD). The decomposition of the Gini index by factor components shows that, during that period occurred a decrease in the participation of men's earnings and an increase in the participation of both women's earnings and pensions in the inequality of per capita household income. The increase in the contribution of women's earnings to inequality is mostly due to the strong rise in the participation of these earnings in the household income.

1_ Introdução

A partir da década de 1970, intensificou-se a participação das mulheres na atividade econômica em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização. Prosseguiu na década de 1980, apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. Nos anos 1990, década caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente incorporação da mulher na força de trabalho. Contudo, incrementa-se, nessa última década, o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina.

Várias mudanças no perfil das trabalhadoras acompanharam esse aumento de participação. Uma delas diz respeito ao perfil etário, ao estado civil e à escolaridade. Na década de 1970, as trabalhadoras eram na sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Na década de 1980, as mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis mais elevados de instrução e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado

(Bruschini e Lombardi, 1996; Jatobá, 1994; Sedlacek e Santos, 1991; Leone, 2000). O aumento da participação da mulher cômputo reflete, de um lado, o fato de algumas delas, com mais de 25 anos, terem começado a trabalhar por remuneração e, de outro, a permanência no trabalho remunerado daquelas que começaram a trabalhar jovens e não se afastaram da atividade econômica com a idade e a mudança no estado civil (Wajnman e Rios-Neto, 2000).

Nos anos 1990, a continuidade da ampliação das taxas de participação feminina, sobretudo entre mulheres não muito jovens, foi o único fator responsável pelo crescimento da PEA. Em decorrência do estreitamento do mercado de trabalho para os jovens e do aumento da participação da mulher adulta na atividade econômica, a força de trabalho, nos anos 1990, assumiu traços diferentes, ficando mais adulta e com uma parcela feminina maior.

No que diz respeito à inserção ocupacional das mulheres, essa é mais marcada por continuidades do que por mudanças (Bruschini, 1998). As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico. O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do

trabalho autônomo reflete maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença-maternidade e acesso a creche, entre outros. Deve-se salientar que o aumento de ocupações precárias tem ajudado também a absorver uma parcela de homens, ocorrendo, por vias transversas, redução da segmentação por gênero. Assim, as diferenças de trabalho masculino e feminino estão diminuindo, só que agora não somente pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens, mas também pela redução deste último e pela participação conjunta de homens e mulheres nos empregos precários que hoje o mercado de trabalho oferece a ambos os sexos (Leone, 2003).

O forte crescimento do número de mulheres adultas ocupadas reflete variadas circunstâncias. Entre as mulheres situadas em níveis ocupacionais mais baixos – em setores que no passado serviram de postos de entrada no mercado de trabalho para jovens que posteriormente se deslocavam para outros setores –, a dificuldade de encontrar alternativas de emprego melhor levou muitas dessas mulheres a permanecer nas mesmas atividades, usufruindo de um progresso muito menor do que no passado, quando tiveram a oportunidade de

mudar de ocupação. A permanência de mulheres nesses primeiros empregos transitórios vem dificultando a inserção das jovens no mercado de trabalho. Já as mulheres em níveis ocupacionais mais elevados e que entraram mais tarde no mercado de trabalho ocuparam as oportunidades criadas por alguns setores, como o de atividades sociais (saúde, educação, previdência e assistência social), serviços auxiliares da atividade econômica e administração pública, muitas vezes disputando essas ocupações com os homens. Essa disputa foi mais exacerbada nos setores de atividade em que não houve aumento no total de oportunidades ocupacionais.

A consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho não se reflete somente na aproximação por sexo das taxas de participação, mas também na diminuição do hiato salarial entre homens e mulheres. Em 1981, o rendimento médio do trabalho da mulher equivalia a 55,7% do rendimento médio do trabalho do homem e essa relação passou a ser de 70,6% em 2002. A análise feita por Leme e Wajzman, na perspectiva de coortes, confirma a tendência de aproximação dos rendimentos do trabalho das mulheres e dos homens ao mostrar que o diferencial tende a ser menor para as coortes mais jovens e mais elevado para as coortes mais idosas (Leme e Wajzman, 2000).¹

.....
¹ Ver, também, o trabalho de Soares (2000), que analisa separadamente as diferenças de remuneração de mulheres brancas, mulheres negras e homens negros em comparação com homens brancos.

Nesse contexto de crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e de diminuição das diferenças de rendimentos, a questão que se coloca neste trabalho são os efeitos dessas mudanças de participação feminina no mercado de trabalho sobre a desigualdade da renda domiciliar *per capita*.

O efeito da ampliação da participação feminina para aumentar ou reduzir a desigualdade dos rendimentos domiciliares *per capita* depende basicamente do grau de associação entre os rendimentos das mulheres e as outras fontes de renda dos domicílios, ou seja, o trabalho dos homens, as aposentadorias e pensões, os aluguéis, as doações, os juros e outros rendimentos. Estudos sobre esse problema mostraram para os países desenvolvidos que, nos anos 60, o baixo salário do marido afetava a oferta de trabalho das cônjuges, levando a uma diminuição das diferenças de renda domiciliar, na medida em que os rendimentos da mulher compensariam aqueles domicílios nos quais os homens tinham rendas menores (Mincer, 1962; Mincer, 1974). Assim, o baixo salário das mulheres naquela época fez com que a ampliação da participação da mulher na atividade econômica, de um lado, contribuísse para aumentar a desigualdade de rendimentos individuais e, de outro, apresentasse um efeito no sentido da redução da

desigualdade entre as rendas dos domicílios. Há indicações de que isso ocorreu no Brasil entre 1970 e 1980 (Hoffmann e Kageyama, 1986).

O aumento de participação feminina na força de trabalho amplia o efeito de seus rendimentos sobre a desigualdade de renda domiciliar. Esse efeito também depende, como já dito, da correlação entre os rendimentos femininos e os demais e da desigualdade dos rendimentos femininos. É ilustrativo imaginar as seguintes situações extremas:

- _ se o aumento de participação feminina ocorre apenas para mulheres de altos proventos que são de domicílios com alta renda, então a desigualdade domiciliar irá aumentar com a maior participação feminina;
- _ se, pelo contrário, o aumento de participação feminina deve-se a mulheres de domicílios de baixa renda que irão auferir rendimentos relativamente baixos, então irá ocorrer redução da desigualdade da renda domiciliar com a maior participação da mulher.

Assim, o objetivo deste trabalho é examinar a contribuição do rendimento do trabalho das mulheres na renda domiciliar e o seu impacto sobre a desigualdade

da renda domiciliar *per capita*. Justifica-se considerar o domicílio como unidade de análise, já que é nessa esfera que são tomadas as decisões relativas tanto ao consumo quanto à participação na atividade econômica de seus membros, que é a principal fonte de renda para a maioria dos domicílios. O domicílio tem até se mostrado mais adequado como unidade de análise que a família, quando famílias com laços de parentesco compartilham um mesmo domicílio. Considerar o domicílio implica incorporar na análise o comportamento das várias parcelas da renda domiciliar, sejam essas provenientes do trabalho dos homens, das mulheres, sejam provenientes de outras fontes de rendimento.

A fonte de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao período de 1981 a 2002. A unidade de análise foram os domicílios particulares permanentes com declaração de rendimento domiciliar, e a metodologia empregada para avaliar o impacto da renda da mulher na desigualdade de renda domiciliar *per capita* consistiu na decomposição do índice de Gini.

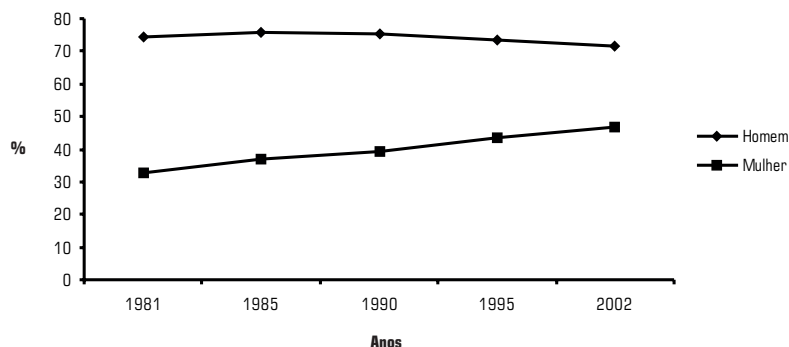
Este artigo encontra-se estruturado em quatro itens, além desta introdução e das conclusões. O segundo item apresenta a evolução das taxas de participação das mulheres nas duas últimas dé-

cadadas, mostrando seu incremento e envelhecimento através do tempo. No terceiro item, analisa-se a participação da mulher na renda domiciliar para os anos selecionados e, em 2002, por estratos de rendimento domiciliar *per capita*. No quarto item, apresenta-se, de forma sucinta, a metodologia da decomposição do índice de Gini, que também é utilizada no quinto item para avaliar a contribuição da renda da mulher para a desigualdade dos rendimentos domiciliares *per capita*. O artigo finaliza com uma síntese das principais conclusões.

2_ Evolução das taxas de atividade feminina

A ampliação da participação da mulher na atividade econômica continuou a ocorrer nas duas últimas décadas, a despeito do contexto econômico pouco favorável para a inserção no mercado de trabalho, que atingiu a população em idade ativa em geral. De fato, entre 1981 e 2002, a taxa de atividade feminina elevou-se de 32,9 para 46,6%, ou seja, um acréscimo de 13,7 pontos percentuais em 21 anos.² No caso dos homens, a participação na atividade econômica reduziu-se de 74,6 para 71,4%, no mesmo período. O Gráfico 1 ilustra essa inequívoca ampliação da participação das mulheres na atividade econômica nas duas últimas décadas.

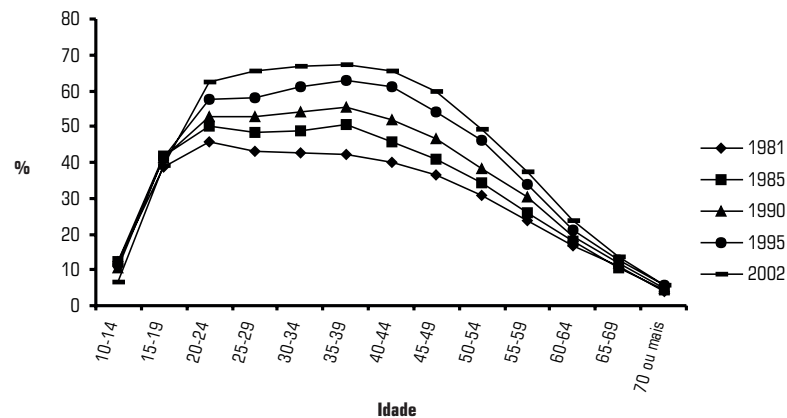
.....
² As mudanças metodológicas na PNAD, a partir de 1992, permitiram captar melhor a participação feminina, que possivelmente está subestimada nas PNADs anteriores. Para as PNADs de 1995 e 2002, foram excluídos da PEA os dados relativos à autoconstrução, ao autoconsumo e ao trabalho não-remunerado cuja duração fosse inferior a 15 horas por semana.

Gráfico 1_ Taxas de atividade por sexo (em %) – Brasil, vários anos

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Mas não foi somente o aumento que caracterizou a participação da mão-de-obra feminina; ocorreram também importantes alterações no seu perfil etário. Como se pode observar no Gráfico 2, nos diferentes anos das décadas de 1980 e 1990, as curvas referentes às taxas de atividade conforme idade, além de atingirem patamares mais elevados no decorrer dos anos, mudam de forma, mostrando que a participação da mulher na atividade econômica vem adquirindo características diferentes. Assim, se em 1981 a maior taxa de atividade (45,8%) é observada na faixa de 20 a 24 anos, em 1985 as taxas de atividade mais elevadas abrangem também as faixas etárias de 25 a 29, 30 a 34 e 35 a 39 anos, com valores muito similares, em torno de 50%, aproximadamente, corroborando o fato, já comentado, de que as mulheres não mais se retiram do mercado de

trabalho em razão da maternidade e/ou cuidado dos filhos. Em 1990, as maiores taxas de atividade são verificadas para as faixas etárias de 30 a 34 e de 35 a 39 anos. Entre 1990 e 1995, ocorre um crescimento mais intenso da taxa de atividade na faixa de 40 a 44 anos. Entre 1995 e 2002, cabe ressaltar a diminuição da taxa nas faixas abaixo de 20 anos. Tanto em 1995 como em 2002, a taxa de atividade atinge um máximo na faixa de 35 a 39 anos, com valores quase igualmente elevados nas faixas vizinhas. Segundo Wajnman e Rios-Neto (2000), com base numa análise realizada para os anos de 1981 a 1995, o padrão etário da atividade feminina move-se em direção a um padrão similar ao observado nos países desenvolvidos, onde se verifica a manutenção do nível elevado de participação feminina em idades mais avançadas, em torno dos 50 anos.

Gráfico 2_ Taxas de atividade feminina conforme faixas de idade – Brasil, vários anos

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Em resumo, nas últimas décadas, houve aumento generalizado da participação das mulheres adultas e essa expansão reflete nova e importante tendência de permanência da cômputo com filhos no mercado de trabalho. Deve-se mencionar, entretanto, que essa participação mais intensa das mulheres foi acompanhada por elevadas taxas de desemprego, explicitando a geração insuficiente de postos de trabalho pela atividade econômica, incapaz de absorver todo o crescimento da PEA feminina. Trabalho do SEADE para a Região Metropolitana de São Paulo confirma a consolidação da participação da mulher na força de trabalho, ao mostrar que as mulheres que não encontram trabalho, diferentemente de

décadas anteriores, retornam em menor número à inatividade (SEADE, 2001).

3_ Participação da mulher na renda dos domicílios

De 1981 a 2002, o número médio de pessoas por domicílio foi diminuindo gradativamente, passando de 4,57 para 3,59. No mesmo período, aumentou a proporção de domicílios com mulher que trabalha,³ que passou de 35 para 46,9%, ou seja, um aumento de 11,9 pontos percentuais nos 21 anos. Foi importante, também, o aumento na proporção de domicílios com aposentadorias e pensões, que se intensificou a partir da Constituição de 1988 (variou de 25,9 para 35%) (Tabe-

³ Neste texto, consideramos “trabalho” apenas a atividade remunerada.

la 1). No que diz respeito aos homens, observa-se, na Tabela 1, que a proporção de domicílios com homem que trabalha diminuiu de 82,2% em 1981 para 72,3% em 2002. A redução na proporção de domicílios com homem que trabalha está refletindo não somente a queda da participação masculina no mercado de trabalho, mas também uma proliferação de

domicílios em razão das separações ou da menor freqüência dos casamentos, originando domicílios sem homens na atividade econômica. De fato, o número de domicílios cresceu a uma taxa de 2,86% ao ano, entre 1981 e 2002, crescimento bem maior que o experimentado pela população no seu conjunto (1,68% ao ano).

Tabela 1_ Mudanças na composição dos domicílios e nas rendas domiciliares – Brasil, vários anos

Estatística	1981	1990	1996	1999	2002
Pessoas na população (em milhões)	117,9	138,5	149,0	159,3	167,3
Número de domicílios (em milhões)	25,8	33,7	38,8	42,9	46,6
Número de pessoas por domicílio	4,57	4,11	3,85	3,72	3,59
% de domicílios com rendimento de trabalho de mulher	35,0	42,9	43,8	44,1	46,9
% de domicílios com rendimento de trabalho de homem	82,2	79,9	74,8	73,2	72,3
% de domicílios com aposentadorias ou pensões	25,9	28,5	33,4	34,7	35,0
% pessoas do domicílio com rendimento de trabalho	33,4	38,1	37,7	38,0	39,9
% mulheres com rendimento de trabalho no total de pessoas	9,6	12,8	13,6	14,0	15,4
% mulheres no total de pessoas com rendimento de trabalho	28,9	33,7	36,0	36,8	38,6
% da renda domiciliar proveniente de:					
a) trabalho de mulher	15,7	20,3	22,3	22,6	23,8
b) trabalho de homem	69,6	65,1	59,4	55,8	53,6
c) aposentadorias e pensões	9,5	10,7	14,5	17,8	18,7
d) demais rendimentos	5,1	4,0	3,8	3,7	4,0
Relação entre rendimentos individuais de trabalho mulher/homem (%)	55,7	61,3	66,9	69,7	70,6
% do rendimento do trabalho de mulher no rendimento de trabalho	18,4	23,7	27,3	28,8	30,7

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Do dito anteriormente, pode-se concluir que estão ocorrendo alterações importantes na estrutura familiar brasileira, com conseqüências sobre o número de domicílios, fenômeno que acompanhou a crescente participação da mulher na atividade econômica e a elevação da proporção de domicílios com mulher que trabalha por remuneração e com aposentados e pensionistas.

No conjunto do período 1981-2002, sobretudo nos anos 1980, aumentou de 33,4 para 39,9% a proporção de pessoas com rendimento do trabalho no total de pessoas que residem em domicílios particulares permanentes. Essa elevação na proporção de pessoas com rendimento do trabalho expressa fundamentalmente o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que a proporção de mulheres entre as pessoas que têm rendimento do trabalho aumentou de 28,9 para 38,6%.

A composição da renda domiciliar alterou-se bastante entre 1981 e 2002. A proporção da renda do trabalho do homem na renda domiciliar diminuiu de 69,6 para 53,6%, queda bastante mais acentuada que a verificada com a proporção de domicílios que têm homem que trabalha, graças à redução da diferença

entre rendimentos individuais de mulheres e homens e ao crescimento do rendimento de aposentadorias e pensões. A contrapartida da redução da participação da renda do homem na renda domiciliar foi o aumento simultâneo da renda do trabalho da mulher e da renda das aposentadorias e pensões.

O aumento da participação da renda da mulher na renda domiciliar é mais uma conseqüência da ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho do que um aumento da renda da mulher que trabalha, embora tenha ocorrido substancial aumento na relação entre rendimentos individuais de trabalho de mulheres e homens. Nos 21 anos, enquanto a relação entre rendimentos individuais do trabalho de mulheres e homens crescia 26,8% (de 0,557 para 0,706), o número médio de mulheres com rendimento de trabalho para cada homem com rendimento de trabalho aumentou de 0,406 para 0,628, um crescimento de 54,8%. No mesmo período, a proporção de domicílios com algum rendimento de aposentadorias e pensões aumenta de 25,9 para 35%, mas a proporção do rendimento domiciliar proveniente dessa fonte quase dobra, passando de 9,5% em 1981 para 18,7% em 2002.⁴

.....
⁴ Para mais detalhes sobre a importância da renda das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda no Brasil, ver Ferreira (2003) e Hoffmann (2003).

Complementando a análise anterior, observam-se relações interessantes entre as variáveis destacadas, medidas segundo estratos de rendimento domiciliar *per capita* em 2002. Em primeiro lugar, observa-se, na Tabela 2, que a maioria

dos domicílios e das pessoas concentram-se nos estratos de menor renda. De fato, os domicílios com renda *per capita* até R\$ 150,00 constituíam 38% dos domicílios, o que abrange 46,4% da população brasileira e 11,3% da renda total.⁵

⁵ Em setembro de 2002, o salário mínimo era igual a R\$ 200,00. É importante lembrar que o total de rendimentos declarados na PNAD subestima em cerca de 40% a renda disponível obtida das Contas Nacionais.

Tabela 2_ Distribuição dos domicílios, das pessoas e do rendimento total segundo estratos de rendimento domiciliar per capita. Percentuais de domicílios com mulher que trabalha e de mulheres no total de pessoas com rendimentos do trabalho. Participações da renda da mulher na renda domiciliar e na renda do trabalho. Relação entre os rendimentos individuais do trabalho das mulheres e dos homens – Brasil, 2002

Estratos de rendimento domiciliar per capita (R\$)	Domicílios	Pessoas	Renda Total	% de domicílios com rendimento de trabalho de mulher	% da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar	% de mulheres entre as pessoas que têm rendimentos do trabalho	% da renda do trabalho da mulher na renda do trabalho	Relação de rendimentos do trabalho da mulher e do homem
0	1,3	1,1	–	–	–	–	–	–
mais de 0 a 50	8,3	11,8	1,2	26,8	16,2	27,8	21,0	68,8
mais de 50 a 100	15,9	19,4	4,6	35,5	18,6	32,5	24,1	66,0
mais de 100 a 150	12,5	14,1	5,5	47,8	21,9	37,1	27,5	64,3
mais de 150 a 200	13,3	11,9	6,5	41,0	20,7	37,5	27,9	64,4
mais de 200 a 300	14,6	13,7	10,5	54,7	23,7	39,9	29,6	63,6
mais de 300 a 500	14,8	12,8	15,3	56,3	24,9	41,9	31,4	63,5
mais de 500 a 700	6,4	5,4	9,8	59,2	25,8	43,7	33,4	64,4
mais de 700 a 1000	4,9	4,0	10,4	58,6	26,0	43,8	33,1	63,4
mais de 1000 a 1500	3,5	2,7	10,3	59,0	25,0	44,5	32,5	60,0
mais de 1500 a 2000	1,7	1,3	7,0	58,5	25,0	43,9	32,6	61,7
mais de 2000 a 3000	1,5	1,0	7,8	59,6	24,9	43,7	32,4	61,8
mais de 3000 a 4000	0,6	0,4	3,8	57,7	27,0	45,6	36,2	67,5
mais de 4000 a 5000	0,3	0,2	2,2	45,8	19,2	37,4	26,4	59,9
mais de 5000	0,4	0,2	5,0	41,8	18,2	36,8	25,1	57,3
Total	100,0	100,0	100,0	46,9	23,8	38,6	30,7	70,6

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Como já mencionado, entre 1981 e 2002, houve forte ampliação do número de domicílios com mulher na atividade econômica. A Tabela 2 permite constatar, para 2002, que a proporção de domicílios com mulher ocupada tende a aumentar com a renda domiciliar, atingindo os valores mais elevados nos estratos do meio da distribuição – nos estratos situados entre R\$ 500,00 e R\$ 3.000,00 – nos quais cerca de 60% dos domicílios têm mulher na atividade econômica. Verifica-se também que, nos domicílios localizados no estrato de renda “mais de 3.000 a 4.000”, a renda da mulher contribui mais para a renda domiciliar (27%). Nos estratos de renda inferiores e superiores da distribuição, a proporção de domicílios com mulher que trabalha é menor. Assim, os dois estratos de menor rendimento apresentam as menores proporções de domicílios com mulher que trabalha, 26,8 e 35,5%, respectivamente.

Esses dados corroboram trabalho anterior, para a década de 1990, no qual se constatou, para as regiões metropolitanas do País, que a maior participação da mulher na atividade econômica ocorria entre as mulheres pertencentes às camadas não-pobres da população (Leone, 2000). A menor participação das mulheres dos estratos inferiores de renda deve-se, provavelmente, às dificuldades dessas mu-

lheres de sair do lar para o trabalho remunerado por causa do cuidado dos filhos, associadas à falta de creches no País. Já nas faixas de renda domiciliar mais elevadas (mais de R\$ 4.000,00 *per capita*), a proporção de domicílios com mulher que trabalha é relativamente alta; porém, o peso da renda da mulher na renda domiciliar não atinge os 20%, em parte por causa do maior peso das outras rendas no domicílio, confirmado pelo fato de que nesses estratos a participação do rendimento de trabalho fica abaixo de 75% do rendimento domiciliar.

Refletindo a maior concentração de domicílios com mulher que trabalha nos estratos do “meio” da distribuição, verifica-se, também na Tabela 2, que nesses mesmos estratos é maior a proporção de mulheres no total de pessoas com trabalho remunerado e, conseqüentemente, maior também a participação das mulheres na renda derivada do trabalho. A maior proporção de mulheres no total de pessoas com rendimento do trabalho ocorre no estrato de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00, com 45,6%. Essas mulheres eram responsáveis por 36,2% da renda total proveniente do trabalho nesse estrato. Os rendimentos provenientes do trabalho, como é sabido, constituem a principal fonte de renda da população e,

como já constatado, houve uma ampliação da proporção de pessoas com rendimentos do trabalho entre 1981 e 2002, por causa, em grande medida, da maior proporção de mulheres que passaram a ter trabalho remunerado.

A diferença de rendimentos entre homens e mulheres têm sido uma característica marcante das desigualdades de gênero, e essa diferença vêm diminuindo, conforme constatado anteriormente. Na análise por estratos de renda, verifica-se que nos estratos inferiores os rendimentos das mulheres correspondem a uma parcela maior dos rendimentos dos homens, conseqüência dos baixos salários dos homens nesses estratos de renda. As maiores diferenças de rendimentos do trabalho são verificadas nos domicílios dos estratos superiores de renda, reflexo da elevada renda dos homens desses domicílios.

Em síntese, nos estratos de renda não muito baixos nem muito altos é onde ocorre maior proporção de domicílios com mulher que trabalha; são as mulheres desses domicílios que mais contribuem para a renda domiciliar e são responsáveis, também, por maior parcela dos rendimentos provenientes do trabalho. Contudo, são as mulheres dos estratos inferiores de renda que conseguem

maior aproximação entre seus rendimentos do trabalho e os dos homens, por causa dos baixos salários destes nessas camadas da população.

4_ Decomposição do índice de Gini conforme parcelas do rendimento

Nesta seção, apresenta-se, sumariamente, a metodologia de decomposição do índice de Gini, quando se consideram as várias parcelas que constituem o rendimento cuja desigualdade está sendo medida. Essa metodologia será usada para avaliar a contribuição do rendimento das mulheres na determinação da desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil.

Seja y_i o rendimento domiciliar *per capita* de uma pessoa em uma população de n pessoas. Admite-se que esse rendimento seja formado por k parcelas não-negativas:

$$y_i = \sum_{b=1}^k y_{bi}, \text{ com } y_{bi} \geq 0 \quad (1)$$

Se a média dos n valores de y_i é μ e a média dos n valores da b -ésima parcela é μ_b , a sua participação na renda total é

$$F_b = \frac{\mu_b}{\mu} \quad (2)$$

Considera-se que os rendimentos y_i estão ordenados de maneira que $y_1 \leq y_2 \leq \dots \leq y_n$. Então, i é a posição de ordem do rendimento y_i . As coordenadas dos pontos da curva de Lorenz são

$$p_i = \frac{i}{n} \quad (3)$$

e

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i y_j \quad (4)$$

Sabe-se que o índice de Gini pode ser definido como o dobro da área de desigualdade, que é a área compreendida entre a linha de perfeita igualdade (o bissetor do primeiro quadrante) e a curva de Lorenz. Esse índice pode ser obtido por meio da seguinte expressão:

$$G = \frac{2}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (p_i - \Phi_i), \text{ com } 0 \leq G \leq 1 - \frac{1}{n} \quad (5)$$

Pyatt, Chen e Fei (1980) iniciam sua análise da decomposição da desigualdade conforme parcelas do rendimento definindo as curvas de concentração. Cabe assinalar que os n valores de cada parcela y_{bi} permanecem ordenados conforme o valor de y_i , ou seja, as parcelas não são reordenadas considerando os valores das próprias parcelas. A proporção acumulada do valor da b -ésima parcela é dada por uma expressão análoga a (4):

$$\Phi_{bi} = \frac{1}{n\mu_b} \sum_{j=1}^i y_{bj} \quad (6)$$

Os pontos de coordenadas p_i, Φ_{bi} definem a curva de concentração da b -ésima parcela. Verifica-se que a ordenada da curva de Lorenz é uma média ponderada das ordenadas das curvas de concentração das k parcelas:

$$\Phi_i = \sum_{b=1}^k F_b \Phi_{bi} \quad (7)$$

Pyatt, Chen e Fei (1980) definem a razão de concentração de uma parcela como duas vezes a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de concentração, considerando o sinal de $p_i - \Phi_{bi}$. Verifica-se que as razões de concentração podem ser determinadas por meio de uma expressão análoga a (5):

$$C_b = \frac{2}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (p_i - \Phi_{bi}) \quad (8)$$

Com $y_{bi} \geq 0$, temos:

$$-1 + \frac{1}{n} \leq C_b \leq 1 - \frac{1}{n} \quad (9)$$

Pode-se deduzir que:

$$G = \sum_{b=1}^k F_b C_b \quad (10)$$

Essa é a decomposição do índice de Gini pormenorizadamente analisada por Pyatt, Chen e Fei (1980).

Note-se, na expressão (10), que se todas as razões de concentração C_b tivessem o mesmo valor, esse seria também o valor de G . Assim, é razoável considerar que um componente y_{bi} contribui para aumentar a desigualdade (medida pelo índice de Gini), quando $C_b > G$.

5_ Desigualdade de renda domiciliar e trabalho remunerado da mulher

Os anos 1980 conformaram uma década de estagnação com períodos recessivos e elevada inflação, que repercutiram na sociedade, destacando-se a permanência de alto grau de pobreza e, no final da década, a ampliação da desigualdade socio-econômica. O nível de atividade econômica não teve um comportamento uniforme, apresentando diversas oscilações. Assim, entre 1981 e 1983, verificou-se um período de recessão, destacando-se a crise da dívida externa, agravada pela elevação das taxas de juros nos EUA, desde 1979, e pela interrupção dos financiamentos externos, em 1982, com a moratória do México. Uma severa política de ajuste do ritmo de atividade econômica foi instaurada pelo governo, a fim de cumprir os compromissos com os credores externos, resultando em recessão e aumento do desemprego (Carneiro, 1991; Texeira, 1992).

Entre 1984 e 1986, a atividade econômica se recupera com base num excepcional aumento das exportações, vinculado à desvalorização do cruzeiro e à retomada do crescimento da economia americana. A recuperação da economia prosseguiu com o aumento do emprego e dos salários, culminando com o Plano Cruzado, que, se conseguiu bloquear temporariamente os aumentos de preços, de um lado, elevou significativamente o poder de compra dos salários, especialmente das categorias mais desfavorecidas, sem poder de barganha para usufruir da retomada da produção e do emprego, de outro (Baltar, 1996).

Os anos de 1987 a 1989 foram um período de flutuação da atividade econômica, que se caracterizou pelo arrocho salarial de 1987, quando a inflação retornou e os salários nominais foram contidos pela desaceleração do ritmo da produção provocada pela restrição do crédito e dos gastos públicos. O bom desempenho das exportações, entretanto, impediu uma maior recessão (Baltar, 1996; Mattoso e Baltar, 1997). A elevação da inflação contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição de renda que atingiu um ápice em 1989, quando o valor do índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas atingiu o valor de 0,63,

colocando o Brasil na triste posição do país mais desigual do mundo, entre aqueles que tinham dados confiáveis sobre distribuição de renda (Hoffmann, 2002).

A década de 1990 iniciou-se com um acelerado processo de abertura econômica e com a implementação de mais um plano de combate à inflação. A abertura comercial e financeira e as privatizações estimularam a entrada de produtos importados e de capital estrangeiro, alterando as condições de concorrência no mercado interno e obrigando as empresas a implementar estratégias de adaptação na tentativa de reduzir seus custos.

A baixa atividade econômica alastrou-se até 1992, quando Itamar Franco substituiu Collor, não alterando, porém, significativamente, a estratégia de abertura econômica, mas usufruindo de uma nova situação financeira internacional mais favorável à entrada de capital no País. Nesse contexto internacional, o Brasil voltou a ter crédito externo, mas continuou o desequilíbrio macroeconômico manifesto na elevada inflação (Pacheco, 1996; Dedecca, 1996). Em 1993, o índice de Gini da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento ficou um pouco acima de 0,6, valor superior ao verificado 23 anos

antes, em 1970, após uma década de intenso crescimento da desigualdade no País (Hoffmann, 2002).

Em 1994, o Plano Real logrou reduzir a inflação, ajudado pelo aumento de importações de todo o tipo de bens, com uma taxa de câmbio reduzida. A valorização da moeda nacional provocada pela forte entrada de recursos externos inverteu o superávit da Balança Comercial, provocando elevado déficit na conta-corrente do Balanço de Pagamentos. O PIB aumentou com a ampliação do consumo, consequência da estabilização dos preços e retorno do crédito. O aumento do consumo estimulou o investimento, mas o País não conseguiu voltar a crescer, uma vez que, diante do elevado déficit de conta-corrente, o governo elevou o nível das taxas de juros para evitar a saída de recursos do País e a desvalorização da moeda nacional, que poderia aumentar novamente a inflação (Pacheco, 1996; Dedecca, 1996; Baltar, 2000). Quanto à desigualdade, apesar de o índice de Gini da distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento apresentar uma redução entre 1993 e 1995 e outra entre 1995 e 1999, essa manteve-se em níveis bastante elevados, superando 0,57 (Hoffmann, 2002).

Nesse contexto econômico, interessa avaliar a evolução da desigualdade de renda e, particularmente, a contribuição dos rendimentos das mulheres para essa desigualdade.⁶ Os valores do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* para o Brasil, entre 1981 e 2001, permitem avaliar a evolução da desigualdade. Na Tabela 3, pode-se observar que o valor do índice em 1981 era 0,582 e, a partir desse nível, a desigualdade tende a aumentar, principalmente após o fracasso da tentativa de baixar a inflação em 1986 (Plano Cruzado), atingindo o valor máximo em 1989 (0,634). É razoável relacionar o aumento do índice de Gini, no final dos anos 1980, com o aumento descontrolado da inflação. O índice ficou relativamente baixo em 1992, mas manteve-se num patamar próximo a 0,6 nos anos seguintes, apesar da redução da inflação após o Plano Real.⁷

A decomposição do índice de Gini permite avaliar a participação das parcelas do rendimento domiciliar na formação desse índice, indicando quais delas poderiam estar contribuindo mais para a desigualdade dos rendimentos domiciliares *per capita*. Como neste estudo interessa, em particular, avaliar a contribuição dos rendimentos da mulher para a desigualdade global, foram considerados, pa-

ra uma análise comparativa, além dos rendimentos da mulher, os rendimentos do homem, os rendimentos de aposentadorias e pensões e um resíduo formado pelos demais rendimentos (aluguéis, doações, juros, *etc.*). Iniciando a análise pelas razões de concentração, verifica-se que aquelas referentes às três primeiras parcelas – rendimento do trabalho do homem (C_1), da mulher (C_2) e aposentadorias e pensões (C_3) – acompanham o comportamento dos valores do índice de Gini. No Gráfico 3, pode-se visualizar que a razão de concentração do rendimento de trabalho de homens oscila paralelamente ao índice de Gini, permanecendo sempre em nível um pouco mais baixo. A razão de concentração do rendimento do trabalho de mulheres, por sua vez, permanece sempre acima do índice de Gini. A razão de concentração do rendimento de aposentadorias e pensões mostra comportamento um pouco mais irregular, mas com tendência a crescer a partir de 1992. O comportamento da razão de concentração dos demais rendimentos é muito mais irregular, porém isso não tem importância para a análise desenvolvida aqui, já que se trata de parcela pequena que corresponde, em geral, a menos de 5% do rendimento domiciliar.⁸

.....
⁶ Trabalho pioneiro de Barros e Mendonça (1989) apresenta uma análise do impacto do rendimento das esposas na distribuição da renda entre famílias nucleares de 9 regiões metropolitanas do Brasil, utilizando dados da PNAD de 1985. Cabe mencionar, também, o trabalho de Del Boca e Pasqua (2003) sobre este mesmo tema com dados da Itália.

⁷ Cabe ressaltar que, a partir de 1995, ocorreu redução na desigualdade da distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas. (Hoffmann, 2002)

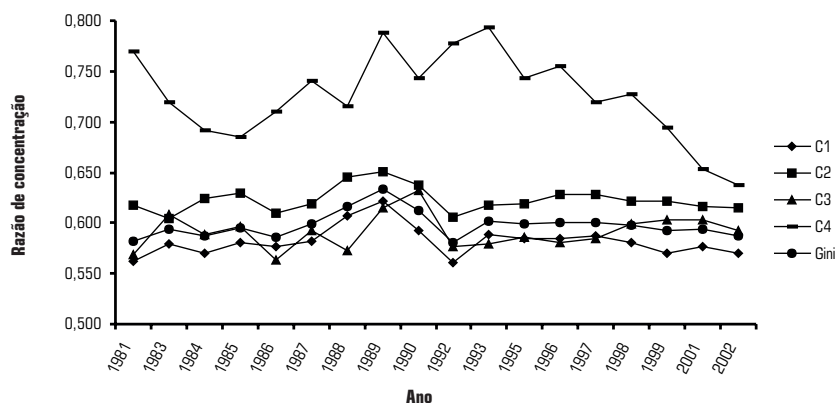
⁸ Cabe ressaltar que, a partir de 1992, está incluída nessa parcela o valor de doações de outros domicílios, e essa pergunta nem foi feita nas PNADs da década de 1980.

Tabela 3_ Decomposição do rendimento domiciliar per capita em 4 parcelas: (1) rendimento de trabalho de homem, (2) rendimento de trabalho de mulher, (3) aposentadorias e pensões e (4) demais rendimentos. Participações no rendimento, índice de Gini do rendimento domiciliar per capita e razões de concentração das parcelas – Brasil, 1981 a 2002

Ano	Participação % no rendimento				Índice de Gini – G	Razão de concentração			
	100F ₁	100F ₂	100F ₃	100F ₄		C ₁	C ₂	C ₃	C ₄
1981	69,6	15,7	9,5	5,1	0,582	0,562	0,617	0,569	0,769
1983	68,5	16,2	10,3	5,0	0,594	0,579	0,605	0,609	0,719
1984	68,0	16,6	10,3	5,1	0,587	0,570	0,624	0,588	0,692
1985	68,3	17,1	10,2	4,4	0,595	0,581	0,629	0,597	0,685
1986	69,3	17,7	8,8	4,2	0,586	0,576	0,610	0,564	0,710
1987	67,3	18,6	8,5	5,5	0,599	0,582	0,619	0,593	0,741
1988	69,0	18,5	8,1	4,4	0,616	0,607	0,646	0,573	0,715
1989	67,0	18,9	9,8	4,4	0,634	0,621	0,651	0,615	0,788
1990	65,1	20,3	10,7	4,0	0,612	0,593	0,637	0,632	0,743
1992	61,6	20,4	14,1	3,9	0,580	0,561	0,606	0,576	0,778
1993	61,9	19,7	14,1	4,3	0,602	0,589	0,617	0,579	0,794
1995	60,6	21,4	14,2	3,7	0,599	0,585	0,619	0,586	0,743
1996	59,4	22,3	14,5	3,8	0,600	0,585	0,628	0,580	0,755
1997	59,4	22,1	15,2	3,3	0,600	0,587	0,628	0,585	0,720
1998	57,2	22,1	16,7	4,0	0,598	0,581	0,621	0,599	0,727
1999	55,8	22,6	17,8	3,7	0,592	0,570	0,621	0,603	0,694
2001	54,5	23,4	18,5	3,5	0,594	0,577	0,616	0,603	0,653
2002	53,6	23,8	18,7	4,0	0,587	0,570	0,615	0,592	0,637

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Gráfico 3_ Evolução do índice de Gini do rendimento domiciliar per capita e das razões de concentração das suas quatro parcelas – Brasil, 1981 a 2002



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

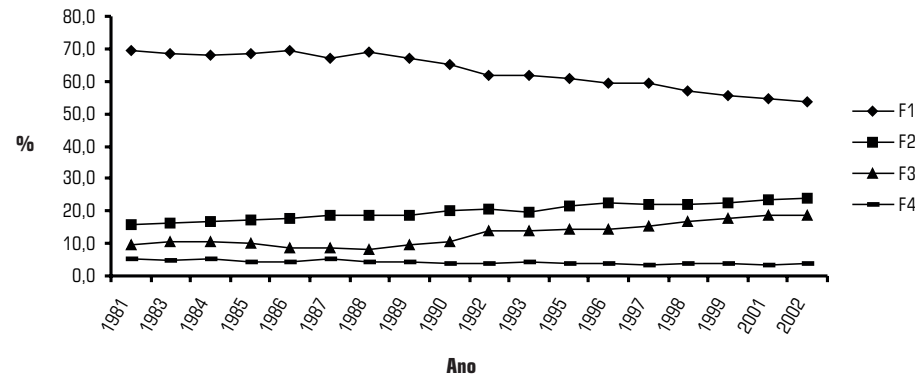
Obs.: As quatro razões de concentração são:

- C₁ dos rendimentos do trabalho do homem;
- C₂ dos rendimentos do trabalho da mulher;
- C₃ dos rendimentos de aposentadorias e pensões;
- C₄ dos demais rendimentos.

Na mesma Tabela 3, pode-se observar também que o rendimento do homem apresentou participação mais elevada do que as outras componentes no total dos rendimentos domiciliares em todo o período considerado. Contudo, essa participação, que em 1981 era de 69,6%, reduz-se para 53,6% em 2002, ou seja, um decréscimo de 16,0 pontos percentuais em 21 anos. Deve-se salientar que essa redução da participação começou a ocorrer de forma mais intensa a partir de 1988. Como contrapartida à redução de participação dos homens na renda total, constatam-se aumentos de participação dos rendimentos

das mulheres, bem como de aposentadorias e pensões. No caso específico da mulher, sua contribuição na renda domiciliar aumentou de forma relativamente regular, passando de 15,7% em 1981 para 23,8% em 2002. Um aspecto interessante a destacar é que, entre os anos de 1988 e 1992, quando houve forte redução de participação masculina, a parcela que mais aumentou, em compensação, foi a que corresponde à renda de aposentadorias e pensões. O Gráfico 4 mostra como evoluíram, nesses 21 anos, as participações dos rendimentos da mulher, do homem, de aposentadorias e pensões e da componente residual.

Gráfico 4 Evolução da participação de quatro parcelas no rendimento domiciliar: rendimento do trabalho de homens (F_1), trabalho de mulheres (F_2), aposentadorias e pensões (F_3) e demais rendimentos (F_4) – Brasil, 1981 a 2002



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Na Tabela 4, repete-se, na primeira coluna, o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, de 1981 a 2002, já apresentado na Tabela 3. As demais colunas da Tabela 4 mostram a decomposição desse índice de Gini, considerando as quatro parcelas do rendimento domiciliar.

Refletindo, em grande parte, as variações na composição do rendimento domiciliar, também se altera a composição do índice de Gini. Já se assinalou, na Tabela 3, a redução da participação do rendimento do trabalho de homem na renda domiciliar. A Tabela 4 mostra que, em 1981, a contribuição da parcela dos

homens para a desigualdade era de 67,2% e caiu para 52% em 2002, uma redução de mais de 15 pontos percentuais nos 21 anos. Já o peso da parcela das mulheres teve crescimento constante, variando de 16,7 para 24,9% no período considerado. Pode-se verificar que esse aumento da contribuição do rendimento de mulheres para o índice de Gini se deve, essencialmente, ao crescimento da participação (F_2) desse rendimento no total domiciliar, já que não se constata tendência de crescimento da respectiva razão de concentração (C_2). Não obstante, a razão de concentração do rendimento do trabalho das mulheres supera o índice de Gini em

todos os anos, ao contrário da razão de concentração do rendimento do trabalho dos homens e mesmo das aposentadorias e pensões, indicando a diversidade de parcelas de renda domiciliar associadas ao traba-

lho feminino, que reflete não apenas a desigualdade dos proventos obtidos pelas mulheres, mas também a localização dessas mulheres que trabalham nos estratos domiciliares definidos pela renda *per capita*.

Tabela 4_ Decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar per capita conforme 4 parcelas: (1) rendimento de trabalho de homem, (2) rendimento de trabalho de mulher, (3) aposentadorias e pensões e (4) demais rendimentos. Índice de Gini, suas parcelas e participação percentual – Brasil, 1981 a 2002

Ano	Índice de Gini – G	Parcela do índice de Gini				Participação % no índice de Gini			
		F ₁ C ₁	F ₂ C ₂	F ₃ C ₃	F ₄ C ₄	F ₁ C ₁	F ₂ C ₂	F ₃ C ₃	F ₄ C ₄
1981	0,582	0,391	0,097	0,054	0,040	67,2	16,7	9,3	6,8
1983	0,594	0,397	0,098	0,063	0,036	66,9	16,5	10,5	6,1
1984	0,587	0,388	0,104	0,060	0,035	66,1	17,7	10,3	6,0
1985	0,595	0,397	0,107	0,061	0,030	66,6	18,1	10,2	5,1
1986	0,586	0,399	0,108	0,050	0,030	68,0	18,4	8,5	5,1
1987	0,599	0,392	0,115	0,051	0,041	65,4	19,3	8,5	6,9
1988	0,616	0,418	0,120	0,047	0,032	67,9	19,4	7,6	5,1
1989	0,634	0,416	0,123	0,060	0,035	65,7	19,4	9,5	5,4
1990	0,612	0,386	0,129	0,068	0,030	63,0	21,1	11,0	4,8
1992	0,580	0,345	0,123	0,081	0,031	59,5	21,2	14,0	5,3
1993	0,602	0,365	0,122	0,082	0,034	60,5	20,2	13,6	5,7
1995	0,599	0,355	0,133	0,083	0,028	59,3	22,2	13,9	4,6
1996	0,600	0,347	0,140	0,084	0,028	57,8	23,4	14,1	4,7
1997	0,600	0,348	0,139	0,089	0,024	58,0	23,1	14,9	4,0
1998	0,598	0,332	0,137	0,100	0,029	55,5	22,9	16,7	4,8
1999	0,592	0,318	0,140	0,108	0,026	53,8	23,7	18,2	4,3
2001	0,594	0,315	0,144	0,112	0,023	53,0	24,3	18,8	3,9
2002	0,587	0,305	0,146	0,111	0,025	52,0	24,9	18,8	4,3

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

De acordo com os dados da PNAD de 2002, os domicílios sem rendimento do trabalho de mulher incluíam 49,3% do total de pessoas. Nos demais domicílios o índice de Gini do valor domiciliar *per capita* do rendimento de mulheres era 0,605, fazendo com que no conjunto de todos os domicílios o índice de Gini do valor domiciliar *per capita* do rendimento de mulheres fosse 0,800. Note-se que no cálculo desses índices de Gini os rendimentos *per capita* mencionados são colocados em ordem crescente. Se essa ordem fosse idêntica à ordem dos demais rendimentos *per capita* de cada domicílio, a razão de concentração do rendimento das mulheres também seria 0,800. Na realidade essa razão de concentração é menor ($C_2 = 0,615$, conforme consta da Tabela 3), devido ao fato de a ordenação do valor domiciliar *per capita* do rendimento de mulheres ser diferente da ordenação do valor domiciliar *per capita* de todos os rendimentos dos respectivos domicílios. Essa seqüência de cálculos que levam à determinação da razão de concentração do rendimento do trabalho de mulheres sugere várias mudanças possíveis para reduzir essa razão de concentração:

- _ facilitar a participação das mulheres no mercado de trabalho, particularmente nas famílias mais pobres

(aumentando, por exemplo, a oferta de serviços de creches);

- _ diminuir a desigualdade dos rendimentos entre mulheres que trabalham (por meio de qualquer política que reduza as desigualdades no mercado de trabalho), junto com outras medidas que também contribuam para reduzir a associação entre o rendimento do trabalho das mulheres e os demais rendimentos dos domicílios.

Trata-se, em grande parte, de políticas gerais de combate à desigualdade, uma vez que o rendimento do trabalho das mulheres já representa, em média, quase $\frac{1}{4}$ do total domiciliar. Desnecessário dizer que não se pode pensar em diminuir a contribuição do rendimento das mulheres para a desigualdade reduzindo a participação das mulheres no mercado de trabalho.

6_ Conclusões

O trabalho constatou que, nas duas últimas décadas, continuou a aumentar a participação da mulher na atividade econômica e essa ampliação foi acompanhada por um envelhecimento da população feminina ocupada. Com a intensificação da participação das mulheres na atividade econômica, elevou-se a proporção de

domicílios com mulher na força de trabalho. Verificou-se também que a maior participação das mulheres na atividade econômica e a maior contribuição dos rendimentos das mulheres para a renda domiciliar ocorrem nos estratos intermediários da distribuição dos domicílios segundo a renda *per capita*.

A desigualdade medida pelo índice de Gini aumentou na década de oitenta, atingindo um ápice em 1989, para depois recuar, ficando num patamar próximo a 0,6. As razões de concentração referentes aos rendimentos do trabalho de homens e mulheres acompanharam as oscilações do índice de Gini, com a razão de concentração do rendimento de homens permanecendo um pouco abaixo do índice de Gini e a razão de concentração do rendimento de mulheres permanecendo um pouco acima do índice de Gini, indicando que o rendimento das mulheres está contribuindo para que seja elevada a desigualdade. A razão de concentração do rendimento de aposentadorias e pensões oscila em torno do índice de Gini e mostra elevação a partir de 1992. A razão de concentração do rendimento do trabalho das mulheres é, entretanto, maior do que a das aposentadorias e pensões, refletindo a diversidade das parcelas do rendimento feminino entre os estratos de renda domiciliar *per capita*.

Ocorreram alterações na composição do rendimento domiciliar, diminuindo a participação dos rendimentos do trabalho do homem e aumentando, em contrapartida, a participação da renda do trabalho da mulher e das rendas de aposentadorias e pensões. Como reflexo dessa mudança na composição da renda domiciliar, verificou-se uma diminuição da contribuição do rendimento do trabalho masculino para a desigualdade, um crescimento constante da contribuição do rendimento do trabalho feminino e um aumento, após a Constituição de 1988, da contribuição das rendas de aposentadorias e pensões.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P. E. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, 1996.
- BALTAR, P. E. Emprego e informalidade das ocupações urbanas no Brasil dos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 12. Caxambu, 2000. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. *Família e distribuição de renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro IPEA, 1989. (Texto para Discussão, n. 164).
- BRUSCHINI, C. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: FCC/DPE, 1998. (Textos FCC, 17).
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 1996.
- CARNEIRO, R. *Crise, estagnação e hiperinflação*. 1991. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. E. (Coords.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- DEL BOCA, D.; PASQUA, S. Employment patterns of husbands and wives and family income distribution in Italy (1977-98). *Review of Income and Wealth*, Series 49, number 2, 2003.
- FERREIRA, C. R. Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda no Brasil no período de 1981 a 2001. 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.
- HOFFMANN, R. Inequality in Brazil: the contribution of pensions. *Rev. Brasileira de Economia*, v. 57, n. 4, p. 755-773, out./dez. 2003.
- HOFFMANN, R. A distribuição de renda no Brasil no período de 1992-2001. *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 19, 2002.
- HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. A. Distribuição da renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. *Estudos Econômicos*, v. 16, n. 1, p. 25-51, jan./abr. 1986.
- JATOBÁ, J. Brazilian women in the metropolitan labor force, a times series study across region and households status. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, v. 3, 1994.
- LEME, C.; WAJNMAN, S. Tendências de coorte nos diferenciais de rendimento por sexo. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- LEONE, E. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M. I. B. (Coord.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/ UFMG. Editora 34, 2000.
- LEONE, E. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade*. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- MATTOSO, J.; BALTAR, P. E. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: VELLOSO, J. P. R. *et al.* (Coords.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- MINCER, J. Labor Force participation of married women: a study of labor supply. In: *Aspects of Labor Economics*. National Bureau of Economic Research, Princeton University Press: Princeton, NJ. 1962.

MINCER, J. *Schooling, experience and earnings*. National Bureau of Economic Research, Columbia University Press: New York, 1974.

PACHECO, C. *Transformações do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1995 e perspectivas futuras*. Campinas: IE/UNICAMP, 1996. Mimeografado.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J. The distribution of income by factor components. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 95, n. 3, p. 451-473, Nov. 1980.

SEADE. *Mulher e Trabalho*. O desemprego feminino na Região Metropolitana de São Paulo. SEADE: São Paulo, n. 5, set. 2001.

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991. (Texto para Discussão, n. 209).

SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n. 769).

WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. (Coord.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, Editora 34, 2000.

TEXEIRA, A. *Vinte anos de política econômica*. Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

.
 • **E-mail de contato dos autores:** .
 • rhoffman@eco.unicamp.br .
 • eugenia@eco.unicamp.br .
